

Observatório da Sociedade Portuguesa

Julho 2025

Preocupações atuais da sociedade portuguesa: Habitação, níveis de emigração e imigração e saúde



Observatório da Sociedade Portuguesa
Behavioral Insights Unit
CATÓLICA-LISBON

World Ranked – Triple Accredited – Award Winning



Índice de Conteúdos

Sumário Executivo	3
Caracterização da Amostra	4
Secção I: Habitação	5
Situação habitacional do agregado familiar – regime de propriedade	6
Situação habitacional do agregado familiar – peso no orçamento	8
Preocupação com o aumento do preço das casas	9
Preocupação com o acesso à habitação	10
Secção II: Níveis de migração	11
Opinião sobre níveis de emigração e imigração em Portugal (I)	12
Opinião sobre níveis de emigração e imigração em Portugal (II)	13
Opinião sobre a influência da imigração nos serviços públicos	14
Secção III: Saúde	15
Grau de satisfação com o grau de atuação do SNS	16
Grau de preocupação com o estado atual do SNS	17
Necessidade de fazer um seguro de saúde	18
Impacto das filas de espera na procura por cuidados de saúde	19
Despesas do agregado familiar em saúde	20
Principais Conclusões	21

Sumário Executivo



O Observatório da Sociedade Portuguesa (OSP) da Católica Lisbon School of Business & Economics realizou, em Julho de 2025, um estudo de forma a investigar fatores que caracterizam a sociedade portuguesa. Os dados foram recolhidos utilizando o Painel de Estudos Online da CATÓLICA-LISBON (PEO) entre 10 e 18 de julho de 2025.



Este estudo tem como principal objetivo avaliar temas atuais, nomeadamente sentimentos face à situação habitacional, emigração e imigração e saúde. Os resultados da habitação são comparados com os resultados obtidos na última recolha do Observatório da Sociedade Portuguesa (Julho de 2024) e, no caso das políticas de migração, são parcialmente comparados com os dados do Eurobarómetro Especial 469 de 2017 e com o relatório da Gallup “How the World Views Migration ?”.



O relatório foi elaborado a partir de 1134 participantes do Painel de Estudos Online da CATÓLICA-LISBON, os quais responderam a um questionário de resposta online onde diferentes constructos foram aferidos.

Por razões de arredondamento dos valores, os totais apresentados neste estudo podem não corresponder exatamente à soma das parcelas.



O presente relatório está organizado em 4 secções distintas. Apresentam-se primeiramente os resultados relativos à habitação, seguidos dos dados sobre as políticas de migração e da saúde, juntando depois as principais conclusões.



A maioria dos participantes indica residir em casa própria, tendo-se verificado um aumento no número de participantes nesta situação. 36.4% dos participantes indica gastar mais de 30% do rendimento do agregado familiar com arrendamento ou pagamento de prestações de casa. Verifica-se um aumento na percentagem de participantes com gastos iguais ou superiores a 71% do rendimento do agregado familiar com renda ou prestações da casa entre julho de 2024 (0,7% dos participantes) e julho de 2025 (3,9%) (+A vasta maioria dos participantes encontra-se muito preocupada relativamente ao aumento do preço das casas (51%) e com o acesso à habitação (65.3%).

Quanto à migração, a maioria dos participantes mostra-se preocupado com os níveis de imigração (72.4%) em Portugal, tendo-se verificado um acentuado aumento face a dados do Eurobarómetro Especial 469 de 2017. Do mesmo modo, a maioria dos participantes considera que a imigração (76.1%) e a emigração (77.5%) devem ser reduzidas. Para além disso, a maioria dos participantes está preocupado com a pressão que a imigração possa exercer sobre a saúde (42%), educação (33.4%) e habitação (46.3%).

Caracterização da Amostra

A amostra deste estudo é constituída por **1134 participantes**, **615 do sexo feminino e 519 do sexo masculino**, de idades compreendidas **entre os 20 e os 69 anos**.

17.4% dos participantes possui entre 18 e 29 anos de idade, 19.7% possui entre 30-39, 22.6% entre 40-49, 21.6% entre 50-59 e 18.2% entre 60-69 anos de idade.

Em comparação com proporções nacionais recolhidas no Censos 2021, a presente amostra está bastante semelhante.

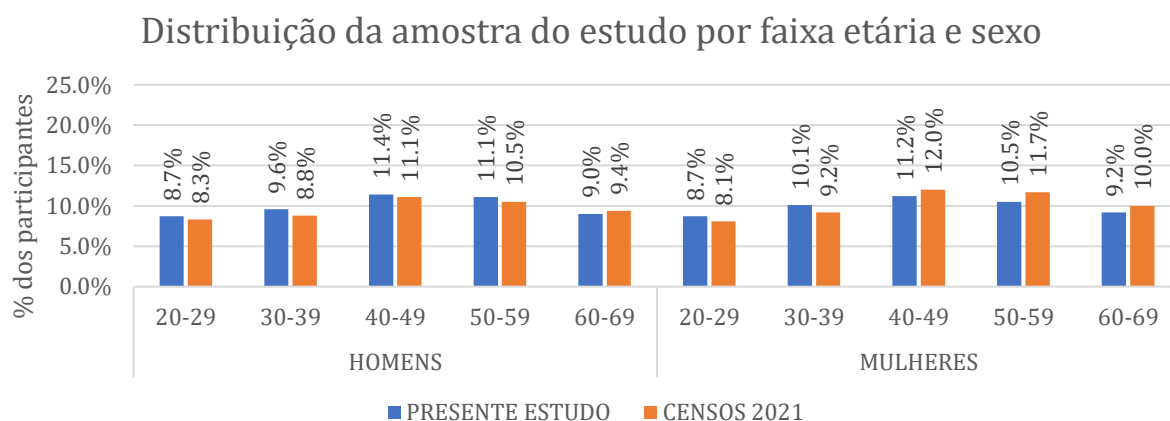


Figura 1 - Distribuição da amostra do estudo por sexo e faixa etária, comparativamente ao CENSOS de 2021.

Secção I: Habitação



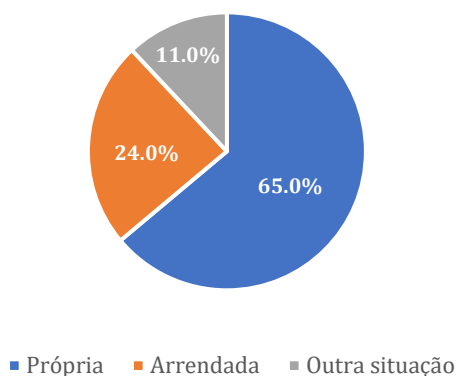
O tema da habitação é um dos mais relevantes na sociedade portuguesa, com fortes implicações sociais, económicas e políticas. Nos últimos anos, têm-se registado aumentos significativos nos preços da habitação, tanto na compra como no arrendamento, bem como um agravamento das dificuldades de acesso a este bem essencial.

De acordo com dados oficiais, Portugal apresenta uma das maiores taxas de esforço das famílias para pagamento de habitação na União Europeia, com uma parte significativa do rendimento dos agregados familiares a ser destinada a encargos com rendas ou prestações bancárias (INE, 2024). Além disso, a taxa de arrendamento tem vindo a aumentar, refletindo a dificuldade crescente em aceder à habitação própria, em particular entre os mais jovens (Eurostat, 2024). Estes desenvolvimentos contribuem para que o acesso à habitação seja considerado um dos principais problemas sociais no país, frequentemente associado à escassez de oferta, à especulação imobiliária e à pressão de fatores externos como o turismo e o investimento estrangeiro (Banco de Portugal, 2024).

Tendo em conta a pertinência e atualidade do tema, foi decidido incluir neste relatório do OSP uma secção dedicada à habitação. Nesta secção, os participantes são convidados a responder sobre: a sua situação habitacional atual (casa própria, arrendada ou outra situação); a percentagem do rendimento do agregado familiar dedicada a encargos com arrendamento ou prestações de habitação; o seu grau de preocupação relativamente ao acesso à habitação em Portugal e o seu grau de preocupação face à evolução dos preços da habitação.

Situação habitacional do agregado familiar – regime de propriedade

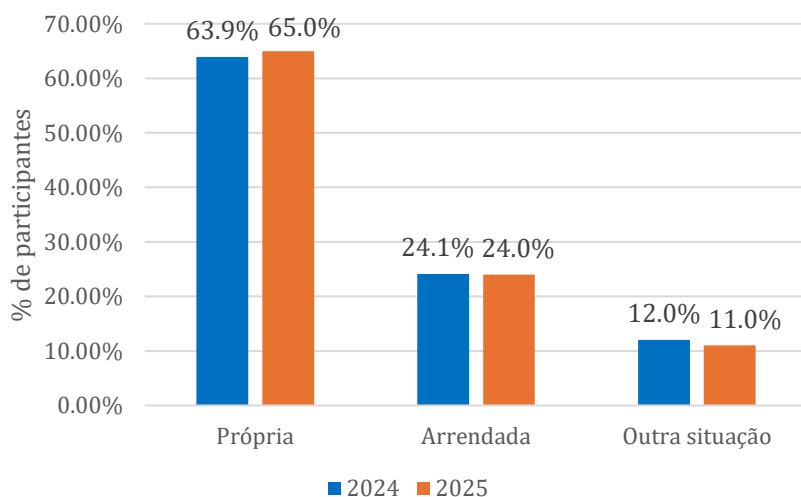
A casa onde vivo hoje é:



A maioria dos participantes (65.0%) indica residir em casa própria, 24.0% em casa arrendada e 11.0% indica encontrar-se noutra situação.

Figura 2 – Regime de propriedade da habitação onde reside o agregado familiar.

Quando comparados os resultados obtidos no presente estudo com os de Julho de 2024 (relatório [aqui](#)), verifica-se um ligeiro aumento (1.1 pp) da percentagem de participantes com casa própria, sendo que os restantes valores apresentando-se encontram sobreponíveis aos do relatório anterior.



Em 2025, observa-se um ligeiro aumento na percentagem de participantes com casa própria e uma ligeira redução dos participantes noutra situação face aos valores de 2024.

Figura 3 – Comparação de valores do regime de propriedade da habitação onde reside o agregado familiar entre 2024 e 2025.

Quando comparados os resultados obtidos no presente estudo com os de Julho de 2024 (relatório [aqui](#)), verifica-se um ligeiro aumento (1.1 pp) dos participantes com casa própria e uma redução dos participantes noutra situação (-1 pp).

As diferenças entre os dois anos são muito discretas e não apontam para alterações consideráveis. O leve reforço da habitação própria poderá indicar uma procura contínua por maior estabilidade residencial, ainda que as condições de mercado e financiamento se mantenham desafiantes.

Situação habitacional do agregado familiar – peso no orçamento

Por favor, indique qual a percentagem atual do rendimento do seu agregado familiar é dedicada a gastos com arrendamento ou pagamento de prestações de casa

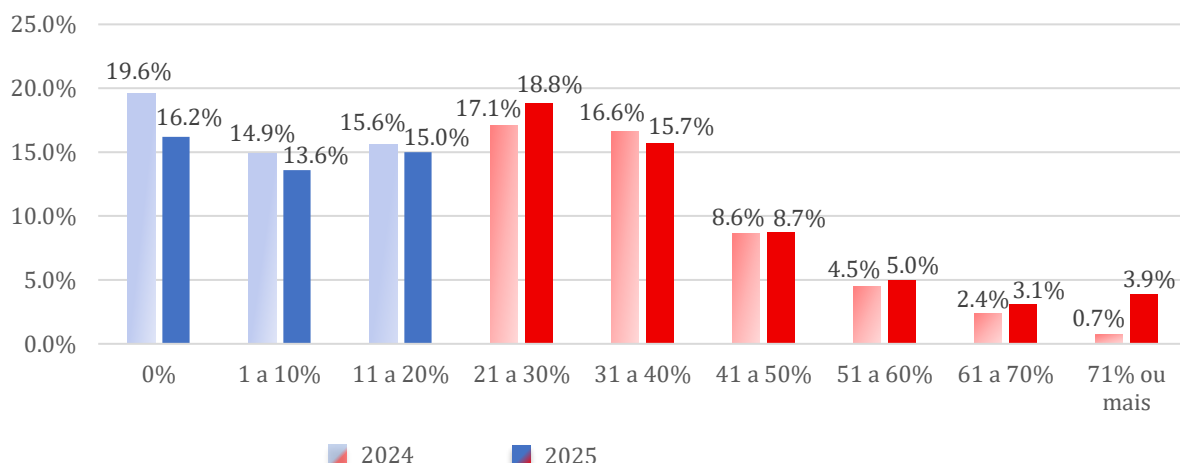


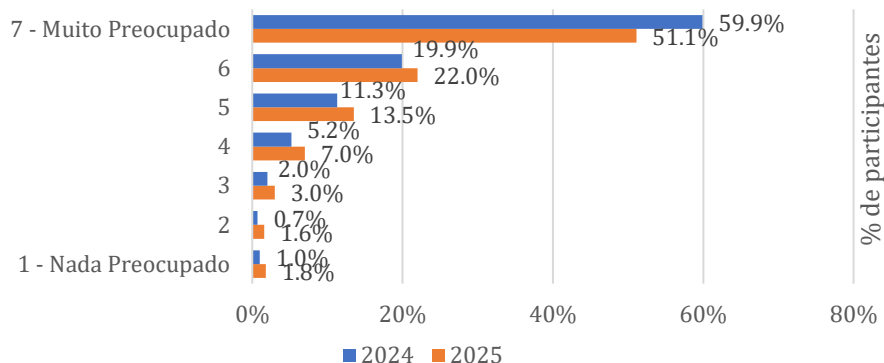
Figura 4 – Percentagem do rendimento do agregado familiar alocada a rendas ou prestações da casa de todos os participantes.

Uma percentagem significativa dos participantes (36.4%) indica gastar mais de 30% do rendimento do agregado familiar com arrendamento ou pagamento de prestações de casa, um aumento de 3.6% em comparação com o estudo anterior. Os intervalos em que se concentram maiores percentagens da amostra são de 21 a 30% (18.8%), de 31 a 40% (15.7%) e de 11 a 20% do rendimento do agregado familiar (15.0%). Em contrapartida, 16.2% dos participantes indicam não ter qualquer encargo na categoria renda ou prestações de crédito à habitação.

Comparando estes resultados com os de julho de 2024 ([ver relatório](#)), observa-se não apenas um aumento de 1,7% na proporção de participantes cujo agregado familiar destina 21 a 30 % do rendimento a estas despesas, mas também um acréscimo entre aqueles que dedicam 51 a 60 % (0,05 pp), 61 a 70 % (0,07 pp) e, sobretudo, 71 % ou mais (3,2 pp).

Preocupação com o aumento do preço das casas

Por favor, indique o seu grau de preocupação com o acesso à habitação em Portugal (aquisição ou arrendamento)



A maioria significativa dos participantes (51.1%) indica sentir-se muito preocupada, enquanto apenas 14% se situam no extremo inferior

Figura 5 – Grau de preocupação com o acesso à habitação em Portugal.

À semelhança do estudo de 2024, **a maioria dos participantes continua a indicar um elevado grau de preocupação com o acesso à habitação em Portugal**, sendo que 51.1% declaram estar “muito preocupados”. As respostas concentram-se sobretudo nos níveis 5, 6 e 7, totalizando 87 % dos participantes, enquanto apenas 14% se situam nos patamares mais baixos.

Em função do relatório anterior, regista-se, de modo geral, um aumento das percentagens nas opções 1 a 6, com exceção do extremo superior, que diminuiu 8.8 %. Este padrão sugere que, embora a preocupação permaneça elevada, os participantes passaram a distribuir-se de forma ligeiramente mais equilibrada pelos diferentes graus de preocupação.

Preocupação com o acesso à habitação

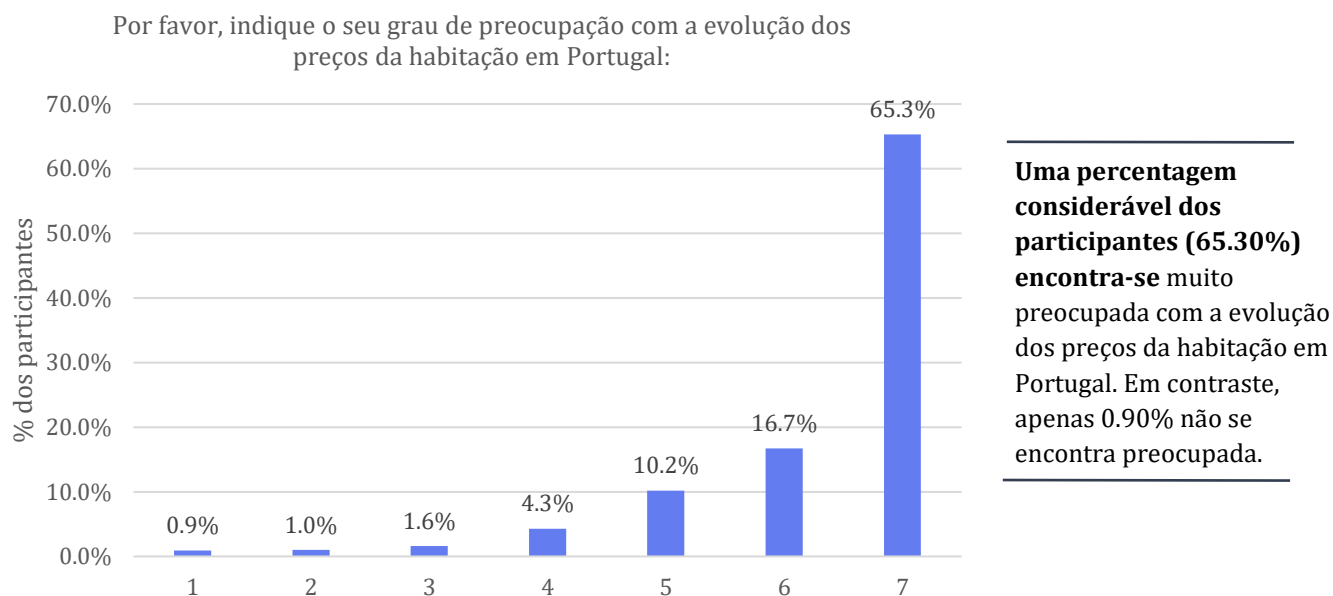


Figura 6 – Grau de preocupação com a evolução dos preços da habitação em Portugal.

De forma semelhante ao item anterior, **a evolução dos preços da habitação em Portugal gera níveis elevados de preocupação, sendo que 65.3% dos participantes indicaram estar “muito preocupados”**. Mais uma vez, as opções de resposta em que se concentram maiores percentagens da amostra são de 5, 6 e 7, sendo que 92.2% dos participantes escolheram níveis de 5 ou superior na escala de preocupação. Em contraste, apenas 7.8% se situaram nos níveis mais baixos.

Em conjunto, estes itens indicam que a grande maioria dos portugueses revela uma elevada preocupação face à atual situação habitacional.

Secção II: Níveis de migração



O tema das migrações é central no debate europeu, dada a sua relevância política, social e económica e os impactos diretos na composição demográfica e na dinâmica dos mercados de trabalho. Também em Portugal, as migrações têm assumido crescente destaque público, na medida em que o país tem registado nos últimos anos uma evolução significativa quer no volume, quer no perfil dos fluxos migratórios (ECO, 2025; Observatório da Emigração, 2024).

A imigração tem contribuído para a diversidade da população residente e para a resposta a necessidades de mão de obra em diferentes setores, enquanto coloca desafios de integração social e laboral. A emigração portuguesa, por sua vez, tem-se mantido relativamente estável em termos de volume, ainda que com alterações nos destinos privilegiados (Observatório da Emigração, 2024). Estas dinâmicas conjugadas ajudam a explicar o contributo decisivo das migrações para o crescimento populacional em Portugal, que atingiu 10,6 milhões de residentes em 2024 (Jornal de Negócios, 2024).

Neste contexto, e dada a pertinência do tema para a sociedade portuguesa, o **OSP decidiu incluir neste relatório uma secção dedicada às perceções da população sobre as migrações**. Os participantes foram questionados quanto ao seu grau de preocupação relativamente à imigração e à emigração em Portugal; às suas projeções futuras quanto à evolução dos fluxos migratórios e à sua perceção sobre a influência da imigração nos serviços públicos.

Opinião sobre níveis de emigração e imigração em Portugal (I)

De uma forma geral, até que ponto está preocupado com os níveis de emigração (de dentro para fora) e de imigração (de fora para dentro) registados em Portugal?

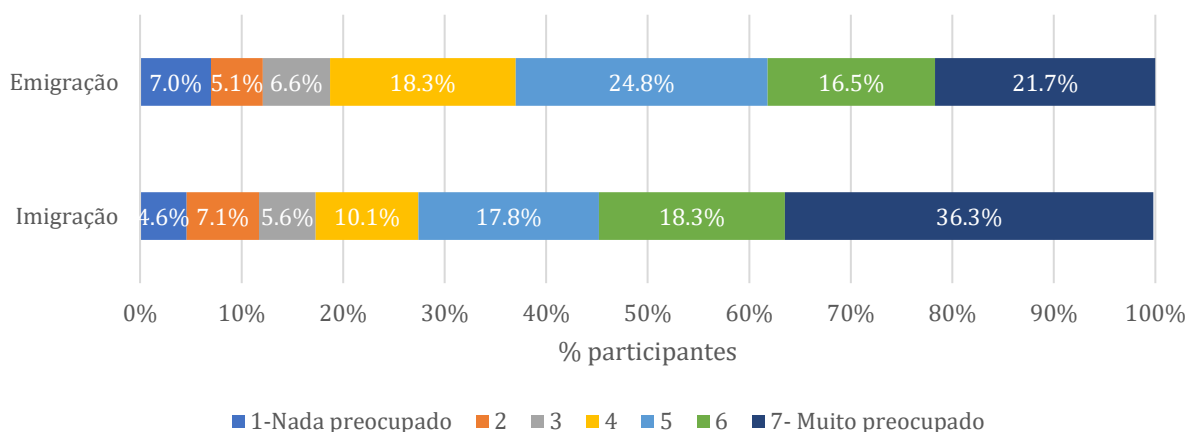


Figura 7– Preocupação com níveis de emigração e imigração em Portugal.

No que respeita a fluxos migratórios, regista-se uma elevada preocupação com os níveis de imigração (72.4%) em Portugal e uma moderada preocupação com os níveis de emigração (41%). Em contrapartida, apenas 11.7% dos participantes indicam estar pouco preocupados com os níveis de emigração e 12.7% com os níveis de imigração.

No Eurobarómetro Especial 469 de 2017 (relatório [aqui](#)), 26% de participantes portugueses consideraram que a imigração seria mais um problema do que uma oportunidade. Os dados apontam que a população portuguesa, em 2017, tinha uma preocupação moderada face à imigração. **Colocando estes dados em paralelo com os resultados deste estudo de 2025, é possível constatar que houve um aumento no nível de preocupação dos portugueses relativamente à imigração, sendo que a maioria da população apresenta elevados níveis de preocupação.**

Opinião sobre níveis de emigração e imigração em Portugal (II)

No seu ponto de vista, até que ponto a imigração e a emigração em Portugal: se devem manter no nível atual, devem ser reduzidas ou devem ser aumentadas?

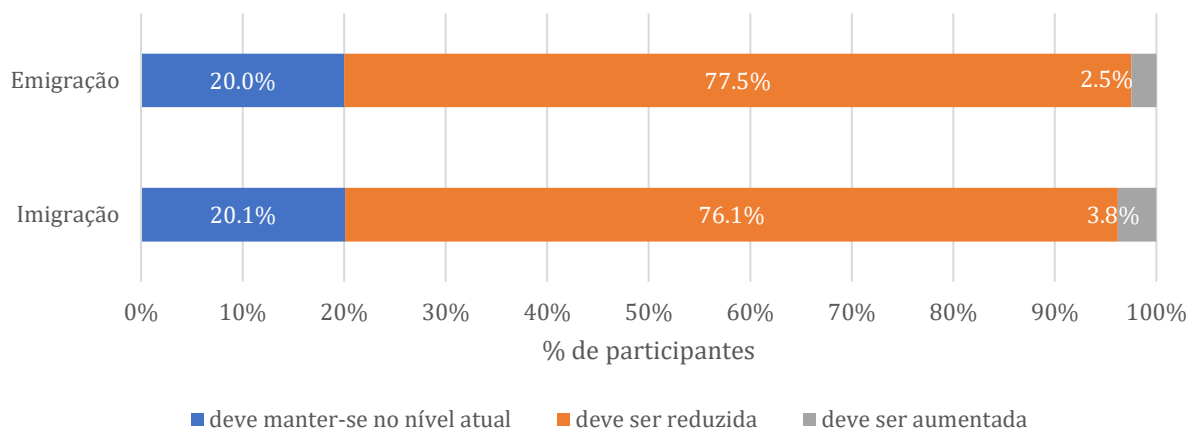


Figura 8– Opinião sobre o futuro dos níveis de imigração e emigração em Portugal.

Destaca-se que a maioria dos participantes considera que a imigração (76.1%) e a emigração (77.5%) devem ser reduzidas. Em contrapartida, é baixa a percentagem de participantes que pensam que a emigração e imigração devem ser aumentadas (2.5% e 3.8%, respetivamente).

No relatório de 2015 da Organização Internacional para as Migrações sob o título “*How the World Views Migration*” (relatório [aqui](#)), a maioria dos participantes europeus (52.1%) consideraram que a imigração deveria diminuir, 30.2% ponderam que se deveria manter nos níveis atuais e apenas 7.5% afirmam que deveria aumentar. Fez-se um paralelismo destes dados europeus com os resultados deste estudo, constatando-se que houve um aumento na percentagem de pessoas que prefere uma redução dos níveis de imigração. Em contrapartida, houve uma diminuição na percentagem de pessoas que consideram que se deve manter nos níveis atuais, bem como uma diminuição na percentagem de pessoas que afirmam que deveria aumentar.

Face aos dados do [relatório de 2024](#), verificou-se um aumento pouco acentuado (4.4 pp) na percentagem de participantes que consideram que a imigração deveria ser reduzida e uma diminuição também pouco acentuada (3.69 pp) na percentagem de participantes que consideram que a emigração deveria ser reduzida.

Opinião sobre a influência da imigração nos serviços públicos

Até que ponto está preocupado que a imigração (de fora para dentro) exerça pressão sobre os serviços públicos ?

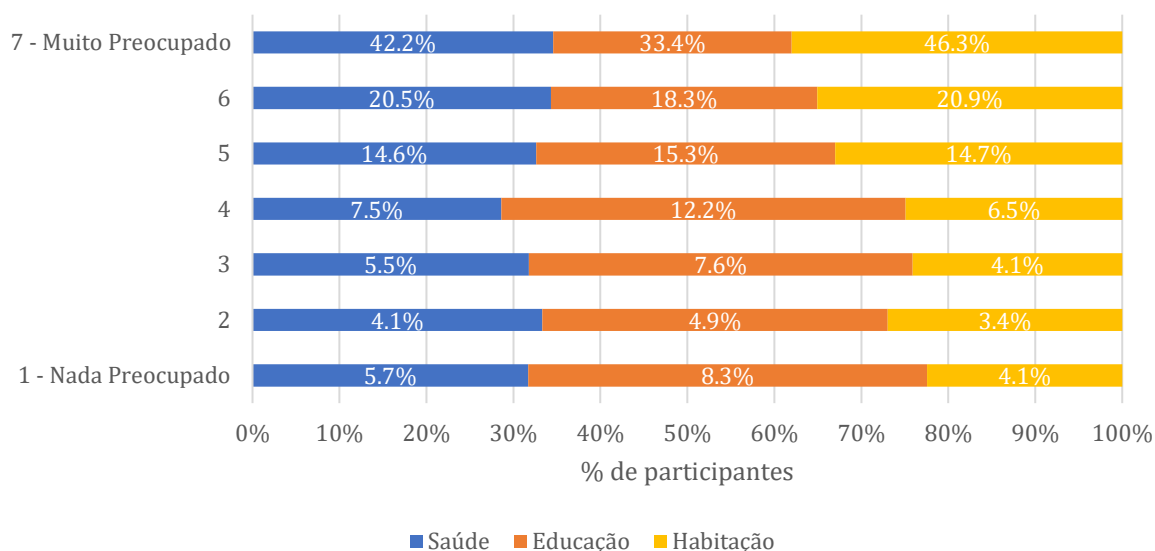


Figura 9 – Grau de preocupação com a influência da imigração nos serviços públicos.

Verifica-se que a quase maioria dos participantes se encontra muito preocupados com a pressão que a imigração possa exercer sobre a saúde (42.2%), educação (33.4%) e habitação (46.3%).

Em linha com estas perceções, o Barómetro da Imigração (FFMS, 2024) mostra que uma parte significativa dos portugueses associa a imigração sobretudo a desafios no acesso à habitação: cerca de 40,6% consideram que os imigrantes têm menos acesso a este bem essencial. Já no que respeita à saúde e à educação, a maioria dos inquiridos não identifica diferenças relevantes entre nacionais e imigrantes.

Secção III: Saúde



O tema da saúde é um dos mais centrais no debate público em Portugal, dada a sua relevância social e política e o impacto direto na qualidade de vida da população. Nos últimos anos, a sustentabilidade e a capacidade de resposta do Serviço Nacional de Saúde (SNS) têm estado no centro das atenções, devido a constrangimentos relacionados com recursos humanos, tempos de espera e pressão crescente sobre hospitais e centros de saúde (ERS, 2025).

Em paralelo, o governo tem vindo a anunciar medidas de reorganização e reforço, nomeadamente através do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e de reformas previstas para 2025, procurando responder a estas preocupações (CFP, 2024). O debate em torno do futuro do SNS reflete tensões entre a necessidade de assegurar cuidados universais, acessíveis e de qualidade, e a crescente procura de soluções privadas, como os seguros de saúde, que têm vindo a ganhar maior expressão nos últimos anos (ASF, 2024; Marktest, 2024).

Este contexto reforça a importância de compreender as perceções da população portuguesa relativamente ao sistema de saúde. Assim, o **OSP decidiu incluir neste relatório uma secção dedicada à opinião dos participantes sobre a saúde e o SNS**. Nesta secção, os inquiridos foram questionados sobre: o seu grau de satisfação com diferentes entidades do sistema; as suas preocupações quanto à evolução da qualidade e acessibilidade dos cuidados; o eventual recurso a seguros de saúde privados; a frequência com que adiaram ou evitaram cuidados devido a listas de espera; e a proporção do rendimento familiar atualmente dedicada a despesas de saúde.

Grau de satisfação com o grau de atuação do SNS

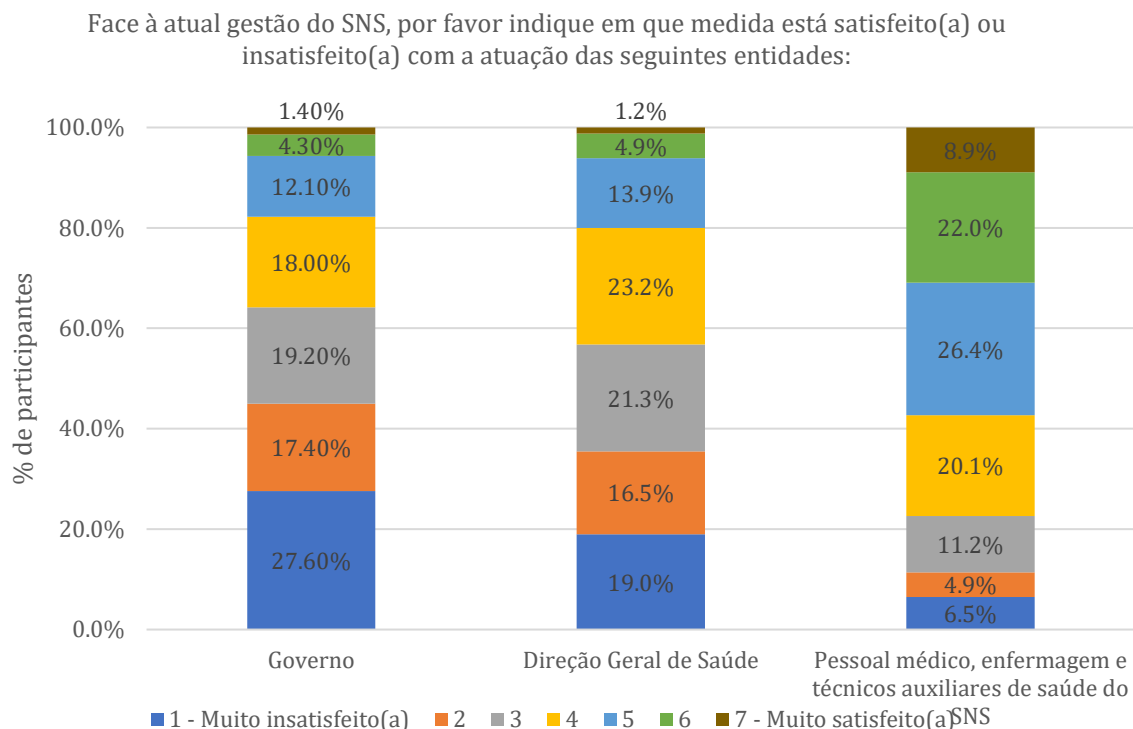


Figura 10 – Grau de satisfação com a influência da imigração nos serviços públicos.

Uma percentagem considerável de participantes (27,6%) sente-se muito insatisfeita face à atuação do governo. A soma dos níveis de insatisfação 1 a 3 atinge os 64,2%, valor que remete para uma noção de insatisfação geral. Em contraste, os níveis 5 a 7 representam apenas 16,8% da amostra.

Relativamente à atuação da Direção Geral de Saúde, a percentagem de participantes que se encontram muito insatisfeitos é menor (19,0%) comparativamente ao Governo. A soma dos níveis de 1 a 3 constitui 56,8% da amostra, o que, embora ainda represente a maioria, revela uma melhoria face à perceção da atuação do Governo. Os níveis de 5 a 7 totalizam 20%, ligeiramente superior ao observado para o item anterior.

A categoria do pessoal médico, enfermagem e técnicos auxiliares de saúde do SNS destaca-se por uma maior variabilidade de resposta. Em contraste com os itens anteriores, os níveis de satisfação 5 a 7 representam a maioria da amostra (58,3%). Por sua vez, apenas 6,5% dos participantes se encontram muito insatisfeitos, um contraste notável. A soma dos níveis de insatisfação 1 a 3 é de 22,6%, um valor consideravelmente inferior aos das outras duas entidades.

Grau de preocupação com o estado atual do SNS

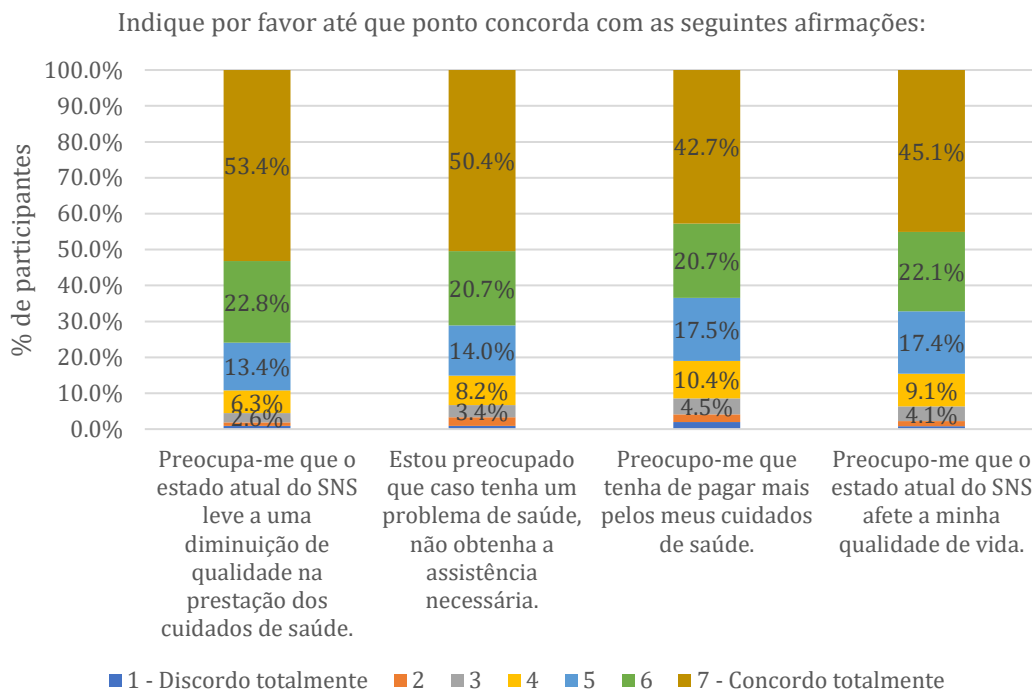


Figura 11 – Grau de preocupação com o estado atual do SNS.

53.4% concorda totalmente que o estado atual do SNS leva a uma diminuição da qualidade dos cuidados de saúde. Apenas uma minoria discorda totalmente desta afirmação, indicativo de uma forte perceção de que a qualidade dos serviços de saúde está a deteriorar-se em função do estado atual do SNS. Metade dos participantes (50.4%) concorda totalmente com a afirmação de que, em caso de problema de saúde, poderá não obter a assistência necessária. À semelhança do item anterior, apenas uma percentagem mínima da amostra discorda com esta afirmação. Este dado sugere um receio considerável sobre a capacidade de resposta do SNS.

42,7 % dos participantes manifestam preocupação com a possibilidade de terem de pagar mais pelos cuidados de saúde. Ainda assim, entre os quatro itens avaliados, este é aquele cuja opção do extremo superior apresenta a percentagem mais baixa, apesar de concentrar a maioria das respostas.

A maioria dos participantes (45.1%) preocupa-se que o estado atual do SNS afeta a sua qualidade de vida. Este dado é indicativo de que o impacto percecionado das falhas do estado atual do SNS se estende para o bem-estar geral da população.

Necessidade de fazer um seguro de saúde

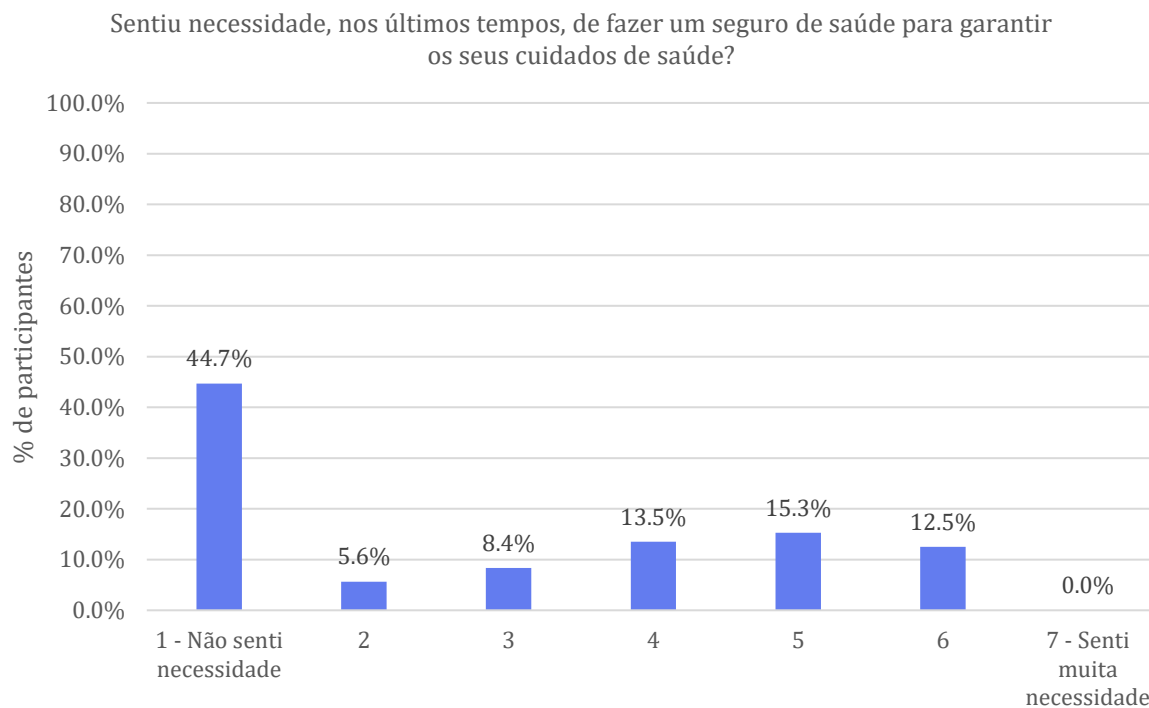


Figura 12 – Necessidade percecionada de obter um seguro de saúde.

A maior percentagem de inquiridos (44.7%) indicou que não sentiu necessidade de fazer um seguro de saúde, colocando-se na categoria 1 da escala. As percentagens de participantes que se posicionaram nas categorias 2 a 6 são significativamente mais baixas, variando entre 5.65% e 12.5%. Isto sugere que, para uma parte da população, a necessidade de um seguro de saúde existe, mas não é uma prioridade esmagadora.

Notavelmente, nenhum participante indicou ter sentido muita necessidade de fazer um seguro de saúde, o que reforça a perceção de que a maioria da população não considera o seguro de saúde como algo indispensável ou de necessidade urgente.

Impacto das filas de espera na procura por cuidados de saúde

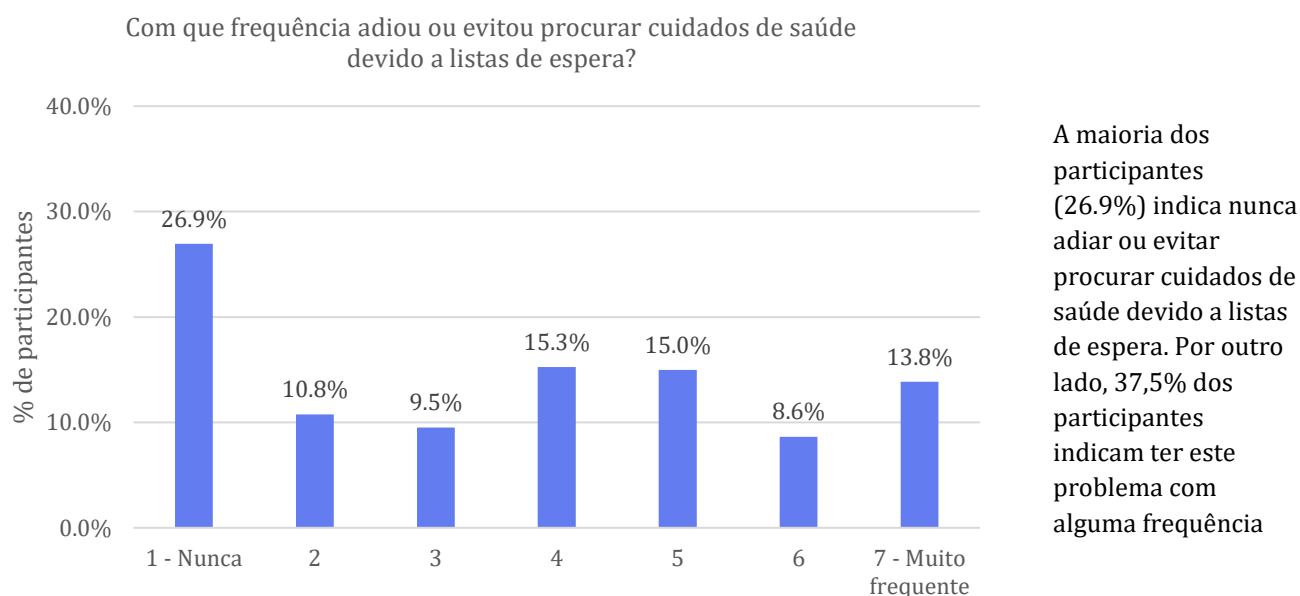


Figura 13 – Impacto das listas de espera na procura por cuidados de saúde.

A opção “Nunca” concentra a maior proporção, com 26.9% dos inquiridos a indicar que nunca adiou ou evitou cuidados por este motivo.

Nas categorias intermédias, surgem percentagem relevantes. 15.3% escolheram o nível 4 e 15% o nível 5, sugerindo que cerca de um terço da amostra adia ou evita procurar cuidados de saúde devido a listas de espera com alguma frequência. 13.8 % dos participantes referem que esta situação ocorre com muita frequência. Embora este seja apenas o quarto valor mais elevado, revela que uma parcela significativa enfrenta barreiras persistentes de acesso.

Embora a maioria dos participantes nunca tenha adiado cuidados de saúde devido a listas de espera, existe um contingente expressivo que relata a experiência contrária, seja de forma esporádica ou recorrente. Este padrão evidencia que as listas de espera continuam a representar um obstáculo relevante para uma fração significativa da população, o que pode ter implicações na equidade e na continuidade dos cuidados.

Despesas do agregado familiar em saúde

Por favor, indique qual a percentagem atual do rendimento do seu agregado familiar é dedicada a gastos com saúde (ex: hospital, medicamentos, consultas):

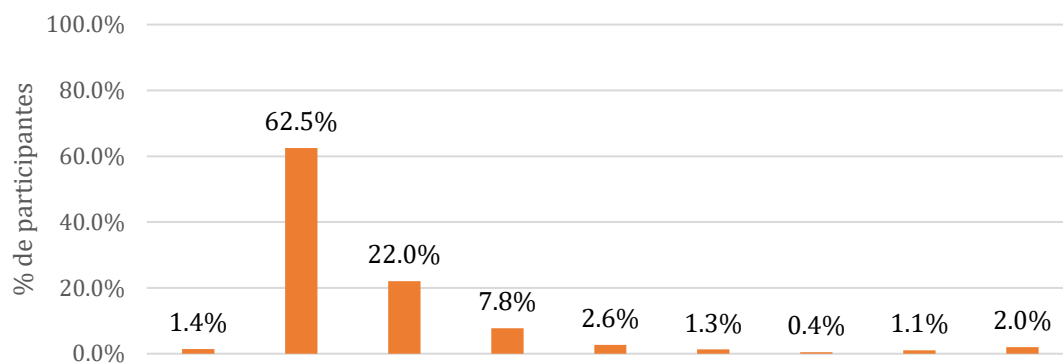


Figura 14 – Percentagem atual do rendimento do agregado familiar dedicado a gastos com saúde.

A grande maioria dos participantes (62.5%) dedica entre 1% e 10% do seu rendimento a gastos com saúde. Isto sugere que, para a maioria das famílias, os custos diretos com saúde não consomem uma grande fatia do orçamento. Uma percentagem menor, embora considerável (22%), dedica entre 11% e 20% do seu rendimento.

A percentagem de agregados familiares que gastam mais de 20% do seu rendimento em saúde é muito reduzida, variando de 7.76% para a faixa de 21% a 30% e diminuindo progressivamente para os grupos de gastos mais elevados.

Os dados do presente estudo indicam que, para a maioria das famílias portuguesas, as despesas de saúde representam uma percentagem relativamente baixa do seu rendimento. No entanto, existe um grupo considerável que gasta uma parte mais substancial (11% a 20%), e uma minoria que enfrenta custos muito elevados.

Principais Conclusões

Nesta secção de atualidade da presente edição do Observatório da Sociedade Portuguesa, os participantes foram questionados em relação a três tópicos: habitação, migração e saúde.

No que concerne a habitação, a maioria dos participantes vive em casa própria (65%), mas 36.4% indicam gastar mais de 30% do rendimento do agregado familiar em renda ou prestações da casa, revelando um aumento da taxa de esforço face a julho de 2024. Além disso, 51% manifestam preocupação com o acesso à habitação e 65.3% com a evolução dos preços.

Quanto à migração, observa-se uma elevada preocupação com a imigração (72.4%) e uma preocupação mais moderada com a emigração (41%), valor que desceu face a 2024 (70.1%). Existe um consenso quanto à necessidade de reduzir tanto a imigração (76.1%) como a emigração (77.5%). Adicionalmente, uma parte expressiva dos participantes associa a imigração a pressões sobre serviços públicos, nomeadamente saúde (42.2%), educação (33.4%) e habitação (46.3%).

No domínio da saúde, os resultados apontam para um forte descontentamento com a atuação do governo (64,2%) e da Direção-Geral da Saúde (56,8%), em contraste com a avaliação positiva dos profissionais de saúde, com 58,3% a expressar satisfação. Mais de metade considera que o estado atual do SNS leva à diminuição da qualidade dos cuidados (53,4%) e teme não obter assistência em caso de necessidade (50,4%). Já 42,7% demonstram preocupação com o aumento dos custos e 45,1% com o impacto do SNS na qualidade de vida. A maioria não sente necessidade de recorrer a seguro de saúde (44,7%), nunca adiou cuidados devido a listas de espera (26,9%) e refere gastar entre 1% e 10% do rendimento familiar em despesas de saúde (62,5%).

Estudo do Observatório da Sociedade Portuguesa da CATÓLICA-LISBON, apoiado pela
Behavioral Insights Unit da CATÓLICA-LISBON

Equipa responsável pela elaboração do estudo e relatório:

Rita Coelho do Vale é Professora da Católica Lisbon School of Business and Economics, Dean for Undergraduate Programs, e coordenadora da Behavioral Insights Unit da CATÓLICA-LISBON.

Sofia Conde é investigadora na Behavioral Insights Unit da CATÓLICA-LISBON e no Center for Responsible Business and Leadership

Francisca Paisana é investigadora na Behavioral Insights Unit da CATÓLICA-LISBON.

Mariana Malta Cruz é investigadora na Behavioral Insights Unit da CATÓLICA-LISBON e no CRC-W.

Tomás Peixoto Alves é investigador na Behavioral Insights Unit da CATÓLICA-LISBON.

Contactos: CATÓLICA-LISBON Behavioral Insights Unit

tel: (+351) 21-426-9784 | biu.clsbe@ucp.pt

Como referenciar: Behavioral Insights Unit da CATÓLICA-LISBON (2025), “Preocupações atuais da sociedade portuguesa: habitação, níveis de emigração e imigração e saúde (Julho, 2025)”, Observatório da Sociedade Portuguesa.

How to cite: Behavioral Insights Unit da CATÓLICA-LISBON (2025), “Preocupações atuais da sociedade portuguesa: habitação, níveis de emigração e imigração e saúde (Julho, 2025)”, Observatório da Sociedade Portuguesa.
